

## ESTUDOS DIRIGIDOS NO NOVO ENSINO MÉDIO: Algumas experiências no Programa Residência Pedagógica

**SANTOS**, Djeovana Lauese Silva dos <sup>1</sup>  
**SILVA**, Josyellen de Moura Ferreira da <sup>2</sup>  
**SILVA**, Larissa Ketyllen Ribeiro da <sup>3</sup>  
**NOVAIS**, Juliana Oliveira de Santana <sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é relatar as experiências dos residentes do Programa Residência Pedagógica (PRP), especificamente no núcleo de Língua Portuguesa, da Uneval Campus V. Os residentes, através do PRP, tiveram a oportunidade de experimentar a prática docente, que promove a integração entre teoria e prática, especialmente relevante em um contexto de reformas educacionais. O foco é destacar a implementação das atividades de Estudo Dirigido, uma estratégia adotada pela educação estadual para atender às exigências do Novo Ensino Médio. Com o aumento de 25% na carga horária devido à implementação do Novo Ensino Médio, as escolas enfrentaram desafios na preparação, levando à introdução de horas adicionais dedicadas a atividades extraclasse, conhecidas como Estudos Dirigidos. No entanto, os resultados indicam que a orientação dos Estudos Dirigidos não alcançou os benefícios esperados para a formação na Educação Básica, conforme planejado no novo sistema de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Ensino Médio; Estudo Dirigido; Residência Pedagógica; Docência.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to report the experiences of the residents of the Pedagogical Residency Program (PRP), specifically in the Portuguese Language Center, at Uneval Campus V. Residents, through the PRP, had the opportunity to experience teaching practice, which promotes the integration between theory and practice, especially relevant in a context of educational reforms. The focus is to highlight the implementation of Directed Study activities, a strategy adopted by state education to meet the requirements of the New High School. With the 25% increase in workload due to the implementation of the New High School, schools faced challenges in preparation, leading to the introduction of additional hours dedicated to extracurricular activities, known as Directed Studies. However, the results indicate that the orientation of the Directed Studies did not achieve the

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura de Letras-Português. Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UNEAL, Campus V: [djeovana@alunos.uneal.edu.br](mailto:djeovana@alunos.uneal.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura de Letras-Português. Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UNEAL, Campus V: [josyellen@alunos.uneal.edu.br](mailto:josyellen@alunos.uneal.edu.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Licenciatura de Letras-Português. Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UNEAL, Campus V: [larissa.silva5@alunos.uneal.edu.br](mailto:larissa.silva5@alunos.uneal.edu.br)

<sup>4</sup> Doutoranda em Educação - FE/ Unicamp. Professora Assistente Curso de Letras- Campus V. Coordenadora de área responsável pelo Programa Residência Pedagógica, UNEAL, Campus V: [juliana.novais@uneal.edu.br](mailto:juliana.novais@uneal.edu.br)



I CON expected benefits for training in Basic Education, as planned in the new education system.

**KEYWORDS:** New High School; Directed Study; Pedagogical Residency; Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de reforma do Novo Ensino Médio no Brasil, como ficou conhecido, teve início a partir da Medida Provisória (MP) nº 746, de 2016, assinada pelo então Presidente Michel Temer. Esta medida retoma o Projeto de Lei nº 6.840/13, que já propunha uma mudança no sistema de ensino (Ferreti; Silva, 2017; Krawczyk, 2018), o que, evidentemente, provocou uma reação desfavorável em parte da sociedade desde sua primeira apresentação em pauta, em 2013, sendo motivo de debates “calorosos”.

Entretanto, apesar dos movimentos sociais e de grupos de pesquisa em educação se posicionarem na tentativa de impedir a aprovação, não foi vislumbrada uma solução viável e deu-se, então, início à tramitação da reforma, por meio da Lei nº 13.415, de 2017. Por meio desta Lei, ocorreram algumas mudanças entre Leis já estabelecidas no Brasil, no tocante à educação. A partir de sua aprovação, alterou-se a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assim como a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por meio da aprovação dessa Lei, também revogou-se a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência em ambiente escolar. Ademais, instituiu-se, por meio dela (Lei nº 13.415, de 2017), a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Gonçalves *et al*, 2022).

A partir da implementação da Lei nº 13.415, de 2017, o Ensino Médio sofreu alguns ajustes. A principal mudança apresenta-se pelo aumento de carga horária de 2400 horas para 3000 horas, sendo 1800 horas destinadas aos conteúdos de aprendizagem comum e obrigatória; e as 1200 horas restantes destinadas aos chamados itinerários formativos. “Além dessas proposições, restou definido que parte da carga horária pode ser administrada na modalidade a distância (EaD), bem



I CONENORTE - 2024  
como realizadas parcerias com o setor privado com vistas à implementação dessas mudanças.” (Silva et. al., 2023, p. 7)

Os itinerários formativos consistem na escolha individual de um percurso de aprendizagem que dialogue com os interesses e projetos de vida pessoais de cada aluno, constituído por disciplinas eletivas, oficinas e projetos. Porém, em seu plano de ensino havia algumas lacunas, que, conforme aponta Gonçalves *et al*, “constam na lei pontos em aberto, a serem definidos em sua aplicação pelos Estados, os quais ficam responsáveis por criar seus “modelos” de Ensino Médio, sua regulamentação e a promoção de condições para implementá-lo.” (2022, p. 12).

Considerando essas mudanças, decidimos realizar a presente análise sobre um elemento específico: os "Estudos Dirigidos". Essa atividade ocorre semanalmente de forma online para preenchimento de carga horária, o que não é viável realizar em cinco períodos diários ao longo da semana. Nosso objetivo é apresentar a realidade enfrentada por estudantes e educadores, conforme proposto pelo novo modelo de Ensino Médio, e discutir como essa prática tem sido implementada no ambiente escolar onde atuamos como Residentes.

## **O Novo Ensino Médio no Estado de Alagoas**

Lançando nosso olhar para um ponto mais específico, examinamos as transformações introduzidas pelo Governo do Estado para a adoção do Novo Ensino Médio em Alagoas, abrangendo as modificações no currículo e seu modo de operação. A implementação ocorreu de forma gradativa, começando pelo 1º ano em 2022, seguido pelo 2º ano em 2023 e concluindo com o 3º ano em 2024. Quanto à distribuição da carga horária, no 1º ano, as unidades curriculares da formação geral básica totalizavam 800 horas anuais, enquanto o itinerário formativo era abordado em 200 horas anuais, incluindo a construção do Projeto de Vida do estudante e algumas eletivas, totalizando uma carga mínima anual de 1000 horas. Nos anos subsequentes, a carga horária destinada à formação geral básica diminui, enquanto a destinada ao itinerário formativo aumenta.

A partir do 2º ano, o estudante do ensino médio cursaria, além das eletivas e Projeto de Vida, as unidades curriculares que promovem o aprofundamento ou ampliação dos conhecimentos da área escolhida. Nesse arranjo, o ingresso do



estudante no aprofundamento ocorre após um processo de orientação e apoio à construção de seu projeto de vida, conforme consta na Base Nacional Comum Curricular:

Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. (BRASIL, 2018, p. 464-465)

Com o aumento da carga horária, o ensino na modalidade a distância (EaD) surge como uma alternativa para cumprir as diretrizes e facilitar o acesso dos alunos. No entanto, para que funcione efetivamente, é necessário que escolas, professores e alunos se adequem às novas tecnologias digitais de comunicação e informação (TDICs).

Cada instituição pode realizar essa distribuição de diferentes maneiras, respeitando as cargas horárias mínimas e máximas. Nesse contexto, o ensino EaD foi implementado com limites específicos: no ensino médio matutino, 20% da carga horária total de aula poderia ser à distância, preferencialmente para itinerários formativos; no ensino médio noturno, 30% da carga horária total de aula poderia ser à distância, também preferencialmente para itinerários formativos; na educação de Jovens e Adultos (EJA), até 80% da carga horária total de aula poderia ser à distância, tanto para conteúdos gerais da BNCC quanto para itinerários formativos.

Com efeito, a instituição deve garantir a existência de suporte tecnológico e pedagógico apropriado antes de implementar o ensino EaD. No entanto, sabe-se que até o presente momento muitos professores e alunos não possuem conhecimento tecnológico adequado para isto, pois

Os usos das Tecnologias Digitais (TD) na escola, antes da pandemia da Covid-19, ainda não tinha se configurado como uma cultura docente. Segundo Santos et al (2020) um percentual significativo de professores costumava utilizar as TD cerca de duas vezes por semana em suas aulas presenciais. Entretanto, uma grande parte de professores informou não fazer uso das TD, de maneira que a dificuldade para se sentirem preparados para o ERE implicava, provavelmente, na pouca utilização das tecnologias digitais, assim como no nível elementar de letramento digital de professores e alunos.” (Santos et al, 2023)



Durante a pandemia, foram evidentes as dificuldades enfrentadas por alunos e professores devido à falta de acesso adequado à tecnologia para ensino online. O Estado não conseguiu fornecer o suporte necessário para que os alunos pudessem estudar em casa, resultando em desafios financeiros para muitos que não possuíam computadores ou celulares. Isso ressalta a importância de investir-se em TDICs para a educação, a fim de melhorar o desenvolvimento educacional nas escolas de Alagoas e reduzir as limitações enfrentadas por estudantes e educadores. Este é um fator de necessidade crucial, especialmente em uma era como a presente, em que o mundo virtual se tornou uma parte essencial da vida contemporânea.

As experiências que tivemos no ambiente da sala de aula, bem como do motivo que nos levou à elaboração desta pesquisa, se tornaram possíveis pela regência no Programa Residência Pedagógica, entre a segunda metade do ano de 2022 e o início de 2024. Durante esse período, tivemos a oportunidade de participar ativamente no ambiente escolar, permitindo-nos realizar observações que enriqueceram nossa experiência, bem como investigar este caso específico de atividade (Estudos Dirigidos). Enfim, as vivências que obtivemos corroboram em exato com as ideias apresentadas por Pimenta e Lima (2012, p. 127):

o estágio passa a ser um retrato vivo da prática docente e o professor-aluno terá muito a dizer, a ensinar, a expressar sua realidade e a de seus colegas de profissão, de seus alunos, que nesse mesmo tempo histórico vivenciam os mesmos desafios e as mesmas crises na escola e na escola e na sociedade.

A oportunidade de observar e pesquisar em sala de aula foi fundamental para nosso crescimento acadêmico e desenvolvimento de práticas pedagógicas, especialmente durante nossa fase de formação. Isso também nos levou a questionar o preenchimento de carga horária online por meio dos Estudos Dirigidos, introduzidos com o novo sistema de Ensino Médio. Embora sejam apresentados como atividades online, na prática consistem na resolução de questões com base em material fornecido pela Secretaria de Estado, ao qual não tivemos acesso prévio para planejamento. Nosso papel foi corrigir essas atividades, não planejá-las.

## 2 METODOLOGIA



A metodologia empregada neste trabalho consiste em um relato de experiência, desenvolvido a partir da análise da vivência e experiência empírica de um fenômeno específico relacionado à implementação do Novo Ensino Médio na Educação Básica brasileira no estado de Alagoas: os Estudos Dirigidos. Esta análise foi realizada por residentes participantes do Programa Residência Pedagógica, em duas turmas do 2º ano do ensino médio de uma escola estadual localizada em União dos Palmares, Alagoas. Apesar de o programa ter duração de 18 meses, este relato aborda especificamente o ano de 2023.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos, em nossa análise, que a grande maioria dos alunos não entregava as atividades propostas como Estudo Dirigido, conforme orienta o novo modelo, devido a dois fatores principais: a sobrecarga e a falta de obrigação para com as atividades propostas. O novo modelo de Ensino Médio ampliou a grade de disciplinas a serem cumpridas, demandando considerável tempo dos estudantes para a realização de todas essas atividades, tanto presenciais quanto online. Essa sobrecarga resulta na descontente realidade de que não conseguem dar conta das atividades, demonstrando o que já foi dito por Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 255) antes mesmo da reforma do novo ensino médio que “o que se destaca é a distância entre o que a sociedade espera da escola e o que a escola tem sido capaz de oferecer.”

Como vemos, a vida pessoal de cada aluno também sofre drásticas alterações e, ao mesmo tempo, influencia no bom ou mau aproveitamento do novo sistema para com o processo de ensino-aprendizagem. Deve, também, ser levado em consideração que a tamanha demanda de atividades “de preenchimento de horas” também pode prejudicar o aproveitamento das atividades propostas em sala de aula, em momento presencial, acabando por resultar, na pior das hipóteses, na ideia de que uma atrapalhe a outra, ao invés do que seria o objetivo ideal: complementarem-se.

Outro fator observado é que não há, em totalidade, um controle dos alunos presentes na sala virtual; os e-mails institucionais não são reconhecíveis, pois não identifica os alunos de maneira formal e organizada, tal como deveria, cada aluno por seu nome. Tais fatores são resultado da falta de instrução tecnológica e, talvez,



até de uma maior obrigatoriedade de critérios impostos pela própria escola, o que também é fruto de uma desorganização de órgãos competentes mais abrangentes, como os responsáveis estaduais que deveriam regulamentar mais diligentemente essas questões fundamentais que podem parecer tão simples, mas, para alguns, são extremamente complexas.

Os professores enfrentaram grandes dificuldades para compreender o Novo Ensino Médio, sentindo-se perdidos no início da implementação. Muitos deles argumentaram que o novo modelo trazia mais prejuízos do que benefícios para os alunos, principalmente devido à falta de capacitação adequada e ao tempo parcial insuficiente na escola. A redução da carga horária nas disciplinas fundamentais para a inclusão de disciplinas relacionadas a "projetos de vida", juntamente com o acréscimo de novas atividades, têm dificultado o planejamento dos professores, gerando sobrecarga.

Como residentes, tivemos a oportunidade de vivenciar tanto os momentos de planejamento quanto de regência em sala de aula, o que nos permitiu enfrentar os desafios de elaborar planos de aula e aplicar os conteúdos. Na prática, muitas vezes não havia tempo suficiente para concluir as instruções planejadas, devido à sequência que se renova mensalmente e precisa ser cumprida dentro do prazo de um mês, considerando o tempo de aula disponível para cada disciplina. Essas dificuldades se tornaram evidentes para nós durante nossa própria experiência na elaboração das sequências didáticas.

Quanto aos Estudos Dirigidos, percebe-se uma falta de relevância atribuída pelos alunos às atividades propostas, as quais parecem não estar em alinhamento com o conjunto de conteúdos pedagógicos destinados a cada série. Embora seja uma atividade obrigatória conforme orientação estabelecida, a impressão é de que os professores não veem a necessidade real de os alunos responderem a essas atividades. Ao que parece, os professores têm a responsabilidade de encaminhá-las apenas porque é uma exigência, enquanto os alunos não se sentem obrigados a respondê-las, pois não as consideram pertinentes.

Essas atividades parecem servir apenas para preencher uma carga horária obrigatória, sem justificativa adequada, e, aparentemente, os alunos não se preocupam em realizá-las.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ambiente acadêmico nos capacita a mergulhar no universo formal da condução de pesquisas, permitindo-nos assumir o papel de agentes na produção do conhecimento formal. Isso está em linha com a visão de Dourado, que destaca que a pesquisa desempenha um papel fundamental na formação cognitiva e educacional, sendo um eixo central desse processo (2015, p. 301).

Portanto, consideremos que não é tão fácil pôr em prática tudo que consta no papel, principalmente quando se trata da distribuição/organização de horários para realização de cada um desses objetivos propostos pelo sistema de ensino vigente. Essa nova proposta de ensino médio que se insinua inovador, do nosso ponto de vista, carece de certas adequações para que funcione de forma adequada; caso contrário, pode pender mais para um ícone causador de problemas do que a posição que deveria desempenhar, a saber, oferecendo soluções para a educação brasileira.

No entanto, concordamos, ainda, que é novo o debate acerca do sistema aqui arguido, sendo, portanto, merecedor de uma mais ampla discussão, a partir de mais pontos/recortes/objetos de análise a serem experimentados/pesquisados, para que, possa o Novo Ensino Médio desempenhar favoravelmente seu verdadeiro papel: fornecer aos alunos uma formação adequada e de qualidade, o que deveria acontecer efetivamente, desde sua implementação.

## 5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 6840A, de 2013**. Diário Oficial da Câmara, Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=B44C4005776EE41477D661B720463355.proposicoesWeb2?codteor=1295592&filename=Avulso+-PL+6840/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B44C4005776EE41477D661B720463355.proposicoesWeb2?codteor=1295592&filename=Avulso+-PL+6840/2013)>. Acesso em: 2 de fev de 2024.





I CONBRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 13 415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 17 fev. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: Concepções e desafios**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

FERRETTI, C. J.; SILVA, M. R.. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & sociedade**, (Impresso), v. 38, p. 385-404, abr./jun.2017.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; Reis, Juliana Batista dos. **Jovens olhares sobre a escola do Novo Ensino Médio**. SciELO. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ly7FmkSjFfHQGHVN6cjLZYw/>>. Acesso em 28 de fev. de 2024.

KRAWCZYK, N. Brasil-Estados Unidos. A trama de relações ocultas na destruição da escola pública. In: KRAWCZYK, N. (Org.). **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE Unicamp editora; MG: Navegando editora, p. 59-72, 2018.

PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 7º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Adriana Cavalcante dos; COSTA, Cristiane Ferreira; PINHEIRO, Viviane Caline de Souza. Formação docente: Diálogos no/do Programa de Residência Pedagógica. In: GOMES, Maria das Graças Correia; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; NASCIMENTO, Maria Edna Porangaba do. (Org.) **Saberes em diálogo: Experiências e reflexões em contextos de formação**. Arapiraca: EdUneal, 2023

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. **Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais**. Educação e Pesquisa, v. 49, p. e271803, 2023.